

# Políticos brasileiros são reprovados em massa

## ■ Pesquisa mostra que é ruim imagem do homem público

Político habilidoso que conhece como poucos as entradas e saídas de um labirinto chamado Congresso Nacional, o deputado baiano Luís Eduardo Magalhães (PFL), de 39 anos, não deixou espaço para que qualquer adversário se aventurasse — com chances — a disputar com ele a presidência da Câmara, o terceiro cargo na linha constitucional do poder. Foi natural portanto que, na quarta-feira passada, ao ser eleito com uma avalanche de 384 dos 513 votos possíveis, para assumir uma das funções mais importantes da República, um político tão jovem como ele estivesse tão eufórico. Eufórico a ponto de esquecer de um protocolar e civilizado dever dos vitoriosos, de estender a mão ao opositor derrotado. No caso, o petista José Genoíno, que marcou sua candidatura com um elenco de propostas dirigidas numa só direção: mudar a prática política do parlamento.

Talvez por isto, no calor dos abraços, Luís Eduardo — que guardou silêncio sobre seus objetivos, durante toda a campanha, para não criar atritos com eventuais aliados — tenha proclamado em alto e bom som que sua prioridade seria a reconstrução do parlamento brasileiro para "mudar a imagem do Congresso".

Apesar da obviedade, Luís Eduardo acertou em cheio. Ela, de fato, anda muito ruim. Mas ruim mesmo. Pesquisa nacional realizada pelo instituto Vox Populi, entre os dias 14 e 28 de dezembro passado, traz uma mensagem arrasadora para os políticos: 72% da população brasileira não confia nunca neles. E mais grave: a desconfiança corta a sociedade de alto a baixo. Entre os mais ricos (classe A), o nível de desconfiança chega a 93%. Entre os mais pobres (classe E), ela é de 86%. Comparada com outras categorias profissionais, a situação dos políticos é, disparadamente, a pior.

Como a reconstrução do parlamento, neste caso, não se trata exatamente de uma obra de engenharia civil, o novo presidente da Câmara vai ter muito trabalho. A última legislatura, por exemplo, acumulou uma numerosa sucessão de desacertos. Marcada por agressões do início ao fim, ela começou com o tapaço do deputado Nobel Moura em Raquel Cândido, em 91, e terminou com uma bofetada na cara do eleitor, no final de 94 com um aumento autoconcedido de 95%.

## CREDIBILIDADE POR CLASSE SOCIAL

	Classe social								
	Classe A			Classe B			Classe C		
	Confia	Não confia	NS/NR	Confia	Não confia	NS/NR	Confia	Não confia	NS/NR
Os médicos	83%	17%	0%	75%	25%	0%	74%	25%	0%
Os professores	87%	13%	0%	83%	16%	0%	81%	18%	0%
Os jornalistas	56%	44%	0%	55%	45%	0%	50%	48%	2%
Os locutores de TV	56%	45%	1%	51%	49%	1%	51%	48%	2%
Os militares	37%	63%	0%	41%	57%	1%	39%	60%	2%
Os soldados do Corpo de Bombeiros	84%	16%	0%	80%	19%	1%	79%	20%	1%
Os policiais civis	25%	75%	0%	28%	72%	0%	33%	66%	1%
Os políticos	7%	93%	0%	7%	92%	0%	6%	93%	1%
Os funcionários públicos	38%	62%	0%	46%	53%	1%	45%	52%	2%
Os empresários	39%	61%	0%	27%	63%	0%	27%	71%	2%
Os advogados	47%	52%	1%	45%	55%	0%	45%	53%	2%
Os juizes	70%	30%	0%	64%	35%	1%	56%	40%	3%
As empregadas domésticas	56%	41%	3%	43%	56%	1%	52%	44%	4%
Os motoristas de ônibus	62%	35%	3%	58%	40%	2%	61%	38%	1%
Os guardas de trânsito	58%	42%	0%	60%	39%	1%	60%	38%	2%

Assim, se cumprir sua meta, Luís Eduardo Magalhães terá realizado a tarefa — um tanto ambiciosa — de mudar radicalmente a opinião pública brasileira. Para isto, ele dispõe do prazo de seu mandato: dois anos. A metade do tempo que o presidente Fernando Henrique Cardoso dispõe para tornar o Brasil "viável", como prometeu.

Se para consertar o país o presidente ainda esbarra na inexistência de um programa consensual, na Câmara a questão neste ponto é mais amena.

Na reabertura dos trabalhos legislativos, no dia 15, o senador Pedro Simon reuniu um elenco básico de sugestões para dar mais transparência às práticas internas da Casa. O gaúcho Simon, derrotado na disputa interna do PMDB para presidir o Senado, pretende ler em plenário as cinco questões — já enviadas à nova direção do Senado — que considera essenciais para a mudança da imagem dos políticos.

**Quebra do sigilo bancário** — Senadores, deputados, ministros de Estado, presidente e vice, além de dirigentes partidários e presidentes e diretores da administração direta, perdem o direito ao sigilo bancário;

**Gráfica** — A cota de publicação de cada parlamentar será limitada à publicação de livros ou de separatas com pronunciamentos feitos durante as sessões; requerimento de informação; projetos, proposições e pareceres apresentados nas comissões técnicas;

**Viagens ao exterior** — O plenário terá que dar autorização. O congressista deverá apresentar a razão da viagem, o interesse público envolvido e o custo total da missão para os cofres públicos. De regresso ao país, terá que ser feito um relatório de viagem num prazo máximo de 15 dias;

**Pré-pauta** — A pauta de votações terá de ser elaborada com um mês de antecedência. A ordem do dia só poderá ser alterada com a concordância do plenário;

**Relações externas** — Simon propõe uma inovação: a criação de uma Comissão de Relações Externas com a Sociedade. Integrada por 27 membros, ela teria a função de aproximar a sociedade civil do Congresso. Pode ser uma boa medida. É um bom começo. Ficará faltando, talvez, pôr um fim à imunidade que — desvirtuada — distancia da porta da cadeia alguns políticos de condenáveis práticas com o dinheiro público.